

O estudo de caso como metodologia de investigação psicanalítica*

Paulo Correia Ferrajão**, Lisboa
Rui Aragão Oliveira***, Lisboa

Registram-se divergências epistemológicas relativas ao estudo de caso como método adequado à validação da teoria psicanalítica entre uma posição que compreende a investigação psicanalítica como o estudo dos significados e método apropriado à investigação das teorias psicanalíticas e uma abordagem que privilegia a adoção de um carácter científico, baseando-se na integração de metodologias de investigação apoiada em lógicas de relações probabilísticas de causalidade. A investigação psicanalítica, de acordo com modelos de causalidade, parece não considerar a especificidade do seu campo de estudo, o inconsciente, requerendo uma abordagem específica de investigação. Neste trabalho os autores propõem a utilização do estudo de caso como metodologia de investigação psicanalítica científica, através da realização de supervisão clínica e da análise da contratransferência como metodologias geradoras de evidência científica para a teoria psicanalítica.

Palavras-chave: estudo de caso, hermenêutica, métodos qualitativos, contratransferência, inconsciente.

* Este trabalho foi financiado através de uma Bolsa de Doutoramento (BD) da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – Ref.: SFRH/BD/68561/2010.

* PhD student, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, FCT.

** PhD, Psicanalista titular da Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

O estudo de caso como metodologia de investigação psicanalítica

A ligação inseparável entre a situação analítica e a pesquisa psicanalítica (*Junktim*) foi formulada por Freud (1927). O autor defendia que o processo clínico era simultaneamente um processo de investigação. No âmbito da primeira tópica freudiana, a cura era inerente ao *insight* do paciente, condição que servia simultaneamente ao conhecimento científico (Leuzinger-Bohleber & Burgin, 2003). Deste modo, novas descobertas no campo clínico geravam novas evidências que resultavam na modificação das teorias e conceitos psicanalíticos (Dreher, 2000).

O modelo de investigação proposto por Freud foi questionado quanto ao seu estatuto científico. Popper (1962) refutou o estatuto científico da psicanálise por considerar que nele estaria ausente o princípio fundamental da validade das teorias científicas: o teste, falsificação e refutação das teorias. De acordo com este princípio, uma teoria apenas seria científica se os seus conceitos ou hipóteses pudessem ser testados, podendo ser, ou não, refutados (Luyten *et al.*, 2006). Considerando que a psicanálise apenas procura a confirmação e a verificação das suas premissas, o autor considera a psicanálise como não científica (Popper, 1962). Grünbaum (1984) propôs que as teorias psicanalíticas eram testáveis, processo observado em Freud no abandono e modificação das teorias quando as observações clínicas contradiziam as teorias vigentes. Contudo, o autor questionou a validade das evidências obtidas através do estudo de caso, em resultado da influência exercida pelo analista no processo de criação dos dados clínicos (Grünbaum, 1984).

Estas críticas de carácter epistemológico vêm suscitando um profundo movimento de reflexão por parte de diversos psicanalistas, os quais têm procurado desenvolver metodologias que promovam a cientificidade da investigação psicanalítica (Kächele *et al.*, 2008; Wallerstein & Sampson, 1971). Em oposição, observamos a defesa da abordagem tradicional, segundo a qual a investigação psicanalítica deverá focar-se no estudo dos significados, da interpretação e da narrativa, através da utilização do estudo de caso na investigação dos fenómenos psicanalíticos (Green, 2003; Hinshelwood, 2010). De acordo com esta última perspectiva, a situação analítica constitui o método apropriado para a investigação das teorias psicanalíticas (Green, 2000, Wolff, 1996).

Consideramos que o ceticismo existente em alguns autores em relação às evidências provenientes da investigação externa ao método psicanalítico para a teoria psicanalítica baseia-se no fato de as mesmas não levarem em consideração as dimensões intrapsíquica e inconsciente, recorrendo a procedimentos de

observação de dimensões manifestas (Green, 1996) e de abordagens instrumentais (comportamentais) visando à objetivação e quantificação da experiência humana (Hinshelwood, 2013).

Neste artigo, são discutidas as divergências epistemológicas a respeito da utilização do estudo de caso como método gerador de evidências empíricas válidas para a teoria psicanalítica. Os autores posicionam-se na defesa da adoção de metodologias científicas de investigação psicanalítica que considerem a especificidade do campo de estudo da psicanálise e dos métodos de observação que permitam o seu estudo. Propõe-se um modelo de investigação psicanalítica de acordo com os paradigmas modernos de investigação qualitativa e adequado para o objeto de estudo e para o teste das questões de investigação em psicanálise.

Estudo de caso: divergências epistemológicas e debate metodológico

As divergências referentes à utilização do estudo de caso como método adequado à validação da teoria psicanalítica refletem divergências epistemológicas na concepção da ciência. O foco na procura da generalização das evidências obtidas em amostras de grande dimensão, como ocorre na psicologia experimental, reflete a valorização da objetividade e da validade científica (Hinshelwood, 2013). O recolhimento e análise de dados junto a uma amostra representativa de uma população assegurariam a explicação dos fenômenos estudados na generalidade dessa população.

De acordo com esta perspectiva, os *Randomized Control Trials* (RCT) são considerados como o *gold standard* (Hinshelwood, 2013), inclusive na investigação psicanalítica, em oposição ao estudo de caso. A defesa de modelos experimentais de investigação baseia-se num paradigma hipotético-dedutivo de ciência; por sua vez, Freud adotou a indução como método no desenvolvimento da teoria psicanalítica, efetuada através da acumulação de casos que permitiria uma generalização indutiva para a teoria.

A defesa do estudo de caso como metodologia adequada para a validação das hipóteses e teorias psicanalíticas baseia-se na aplicação do método por Freud, obedecendo a um princípio de falsificação das suas generalizações teóricas. Este processo era observado no abandono, ou modificação, das concepções teóricas por parte de Freud quando o material clínico contradizia as formulações teóricas anteriores (McAloon, 1992). A aplicação deste princípio da ciência tradicional na investigação psicanalítica era assegurada pela estabilidade do *setting* analítico,

que permitiria ao investigador (analista) testar variáveis independentes (interpretações) e avaliar o impacto das mesmas sobre as variáveis dependentes da situação (processos psíquicos do paciente), constituindo um modelo de investigação quase experimental (Ezriel, 1951, 1972).

Kubie (1958) discorda desta compreensão experimental do *setting* analítico, considerando que a constância do *setting* assegura que a maioria das variáveis introduzidas na sessão sejam trazidas pelo analisando. Esta característica leva a considerar o *setting* como anuente de uma abordagem de investigação seminaturalista, na qual o contexto permite a manipulação e o controle das condições, ao invés de serem introduzidas pelo investigador (Lustman, 1963, Shakow, 1960).

Contudo, o desenvolvimento de concepções a respeito do *setting* analítico como dotado de características que o aproximam de um delineamento experimental científico poderia resultar num afastamento dos conceitos psicanalíticos da sua observação no campo clínico (Wallerstein & Sampson, 1971). Este fato seria gerador de dificuldades no teste de hipóteses empíricas psicanalíticas, em virtude de as descrições dos fenômenos resultarem de inferências com caráter implícito e subjetivo (Sandler, 1983), nas quais estariam ausentes garantias acerca da confiabilidade das observações e dos conceitos (Wallerstein & Sampson, 1971).

Em reação, observou-se o desenvolvimento de uma corrente no seio da psicanálise defendendo o desenvolvimento de procedimentos que permitissem tornar a investigação através do estudo de caso uma metodologia fiável e objetiva (Luyten *et al.*, 2006; Wallerstein & Fonagy, 1999). Um exemplo desta prática metodológica é-nos oferecido por Kächele *et al.*, (2008), na qual os autores efetuam uma mensuração sistemática, de estudos de caso, das mudanças ocorridas no processo terapêutico, procurando testar e identificar relações causais entre as intervenções do analista e as mudanças ocorridas no paciente. Esta abordagem pretende fornecer validade aos dados psicanalíticos através do teste empírico de hipóteses de acordo com princípios científicos.

Contudo, a investigação psicanalítica efetuada de acordo com modelos e paradigmas provenientes das ciências naturais é geradora de controvérsia. Isso advém da natureza específica e singular do campo e do objeto de estudo da investigação psicanalítica, a mente inconsciente (Hinshelwood, 2010). O campo de estudo da psicanálise é de natureza eminentemente subjetiva, não possuindo a materialidade dos objetos físicos das ciências naturais (Hinshelwood, 2013), necessitando, por este motivo, de uma abordagem específica para a sua investigação (Caper, 1994; Green, 2003).

A ausência de materialidade espacial dos dados psicanalíticos levou a que

a psicanálise fosse proposta como uma disciplina hermenêutica (Rycroft, 1968, Schafer, 1976). De acordo com esta abordagem, a psicanálise seria uma disciplina científica de interpretação dos significados, em que, ao invés da procura de causas, focar-se-ia na compreensão das expressões simbólicas do material clínico e da narrativa, regido por razões, intenções e significados (Ricoeur, 1970).

Além disso, a psicanálise utiliza, na investigação do seu objeto, um método de observação que possui igualmente uma natureza subjetiva. Hinshelwood (2013) propõe que o instrumento de observação (a mente do analista) opera de acordo com os mesmos princípios e regras de funcionamento do seu campo de estudo (a mente do paciente), o que torna a atividade de conhecimento um processo de coconstrução no qual intervém a intersubjetividade entre analista e analisando. Por este fato, não podemos falar acerca de uma neutralidade da observação, uma vez que os dados resultam de processos de inferência criados a partir do uso de teorias que atribuem sentido à experiência subjetiva do observador (Hinshelwood, 2010).

Este fato torna o método de estudo de caso alvo de críticas, ligado à ausência de validade dos dados, resultante do fato de estes serem recolhidos por um observador-participante (Wallerstein & Sampson, 1971). Como resultado, os relatos dos estudos de casos levantam dúvidas quanto à validade das suas evidências por apresentarem vieses de omissões do material (lapsos de memória e lapsos determinados pela contratransferência) e vieses na seleção do material, destacando-se os trechos considerados relevantes pelo analista (Messer & McCann, 2005). Este último aspecto associa-se a outra característica, igualmente alvo de crítica, que se refere ao caráter privado das observações, apenas acessíveis ao analista. Em consequência, a organização e o resumo dos dados poderá estruturar-se pretendendo a confirmação das hipóteses e julgamentos privados do analista/investigador (Wallerstein & Sampson, 1971).

A natureza privada dos julgamentos do analista arrisca-se a resultar em problemas de circularidade de raciocínio, associados à ausência de independência entre teoria e método de coleta e análise dos dados (Hinshelwood, 2013). Neste caso, a seleção e organização dos dados efetuam-se em função do modelo teórico do analista (Midgley, 2006), resultando que se infiram apenas as ocorrências que confirmem as teorias em teste (Hinshelwood, 2010). Consequentemente, a aceitação de uma teoria como verdadeira poderá constituir uma falsa evidência, uma vez que a teoria utilizada na seleção das ocorrências é a mesma a ser testada (Hinshelwood, 2013, Wallerstein & Sampson, 1971).

O estudo de caso na investigação psicanalítica: metodologia qualitativa

Como se verifica, a utilização do estudo de caso como método de investigação psicanalítica levanta algumas questões acerca da possibilidade de gerar evidências empíricas válidas para o conhecimento psicanalítico. Uma das questões centrais prende-se à possibilidade de generalização teórica a partir de um caso singular, ou mesmo de uma acumulação de casos. Esta questão parece associar-se fortemente à natureza inferencial do conhecimento obtido através do estudo de caso. As inferências adquirem significado a partir de modelos teóricos do investigador, podendo gerar problemas de um raciocínio circular, ligadas, tais inferências, à mera confirmação das hipóteses do investigador. Como resultado, a evolução dos modelos conceituais ver-se-ia comprometida. Mas tal não parece realmente ocorrer.

Ao considerar-se o *setting* analítico como condição única da investigação psicanalítica, torna-se necessária a articulação entre uma metodologia em que se faça presente uma atitude clínica do investigador e, ao mesmo tempo, uma atitude científica no estudo dos fenômenos psíquicos. Este compromisso poderá envolver sempre certo conflito, resultante da complexidade em articular o domínio do individual e da singularidade, foco da prática clínica, e o domínio da generalização, território da ciência (Varvin, 2011).

Relembremos que a investigação psicanalítica através do método de estudo de caso tem os seus primórdios nos trabalhos de Freud (1895). A articulação entre a prática clínica e a generalização científica ocorreu através do desenvolvimento da teoria da etiologia traumática das neuroses a partir da observação do caso de Anna O, considerando que os sintomas da paciente estariam associados a um trauma precoce. O domínio do científico observava-se ao resultar no desenvolvimento de uma explicação causal (generalização) relativa à etiologia das neuroses a partir de um estudo de caso.

O modelo de investigação da psicanálise freudiana ortodoxa tem sofrido igualmente certa oposição de alguns setores dos novos paradigmas da investigação da psicologia qualitativa. As críticas incidem acima de tudo sobre o que é tido como um modelo tradicional de investigação exercido por uma figura de autoridade (investigador) sobre um sujeito passivo. Neste caso, predominaria uma relação de poder assimétrica, na qual o investigador/analista teria acesso a uma verdade oculta (inconsciente) desconhecida do sujeito (Midgley, 2006).

Em nosso entendimento, esta oposição ao modelo de investigação proposto por Freud tem origem em referências a excertos de textos de sua autoria retirados

do seu contexto. Este fato concorre para um desconhecimento das preocupações de Freud em tornar a psicanálise, como ciência do inconsciente, um método de investigação válido. Na utilização do método de estudo de caso, ainda que reconhecendo a presença da subjetividade na observação psicanalítica, Freud privilegiava a observação empírica dos fatos, atitude que permitiria a correção ou modificação das teorias (Freud, 1938).

A teoria psicanalítica, porém, diferencia-se das teorias hierárquicas de generalização de leis. Hinshelwood (2013) assinala, por exemplo, que o clássico caso de Anna O, alvo de múltiplas referências e críticas metodológicas, na realidade nunca constituiu uma tentativa de Freud para estabelecer uma ligação causal. Freud apresentava, ao invés, a intenção de encontrar padrões temáticos, exemplificados pelo caso, que permitissem estabelecer uma ligação temática nas expressões do caso. De acordo com esta perspectiva, poder-se-á entender a psicanálise como uma teoria encadeada caracterizada pela existência de redes de relações entre os seus componentes que convergem para um ponto central, implicando que cada componente do modelo teórico compreenda fatores que intervenham no fenômeno que a teoria geral pretende explicar (Edelson, 1986). Esta propriedade possibilita que se desenvolvam modelos da mente com caráter científico e provisório, que poderão ser modificados perante o aparecimento de evidências que questionem o valor explicativo do modelo existente.

Esta concepção científica da psicanálise apresenta semelhanças com as concepções epistemológicas e metodológicas da investigação qualitativa atual, nomeadamente o intercâmbio entre os dados e a emergência de novas hipóteses, assim como o reconhecimento da ausência de neutralidade das observações (Midgley, 2006). Em ambos os casos, o modelo teórico do observador, implícita ou explicitamente, determina tanto a forma de interpretação quanto a decisão sobre a relevância dos dados (Edelson, 1986).

No caso da psicanálise, Tuckett (1994) propõe que a construção de hipóteses ocorre a partir dos fatos clínicos que sucedem na sessão, sendo aquelas submetidas a um processo constante de confirmação ou rejeição. De acordo com o autor, determinados agrupamentos de fatos clínicos promovem orientações de trabalho, refletindo-se nas intervenções e interpretações do analista (Tuckett, 1994). Este processo conduz à microvalidação (na sessão) e à macrovalidação (fora da sessão, em supervisão clínica) dessas orientações de trabalho, o que conduz à construção de *grounded hypothesis* surgidas da ligação entre as observações e o desenvolvimento de um modelo mais generalizável.

O processo interpretativo é gerador de miniteorias sobre as fantasias ou conflitos inconscientes do paciente (Leuzinger-Bohleber & Fischmann, 2006) a

partir da narrativa e dos processos afetivos que ocorrem na interação entre ambos os participantes, processo que envolve a análise da contratransferência por parte do analista. Ao investigador psicanalítico, enquanto participante na situação de observação, impõe-se considerar as suas reações emocionais e comportamentos enquanto observador como estratégia fundamental de investigação psicanalítica (Devereux, 1967).

A valorização do investigador como instrumento de pesquisa e dos seus comportamentos e reações emocionais como dados relevantes do processo de pesquisa implica uma incompatibilidade entre a abordagem psicanalítica e a epistemologia positivista (Kvale, 2001). Estas qualidades da entrevista clínica psicanalítica foram salientadas por Kvale (2003) como possíveis fornecedoras de importantes contribuições para a investigação qualitativa moderna. Estas advêm do fato de a situação analítica constituir um processo de construção de um conhecimento intersubjetivo durante um considerável período de tempo que permite o alcance de uma compreensão aprofundada do objeto de estudo (Kvale, 2003).

O estudo de caso como metodologia de investigação

A existência da convergência entre a investigação psicanalítica através do estudo de caso e a investigação qualitativa moderna tem resultado no desenvolvimento de inovações metodológicas com vista à compreensão de fenômenos psíquicos e sociais. Em alternativa às abordagens tradicionais da investigação experimental, registamos um conjunto de desenvolvimentos recentes em diferentes campos de estudo da pesquisa qualitativa, nos quais o estudo de caso de acordo com princípios psicanalíticos tem sido utilizado como delineamento gerador de evidências empíricas válidas.

Hollway & Jefferson (2000, 2008) desenvolveram um modelo de investigação psicanaliticamente informado, fundado nos pressupostos do método psicanalítico. A Entrevista Narrativa de Associação Livre (ENAL; Hollway & Jefferson, 2000, 2008) foi desenvolvida de acordo com princípios da prática psicanalítica, nomeadamente através da promoção da associação livre como metodologia de acesso e revelação dos processos defensivos e inconscientes do sujeito. As narrativas obtidas através desta metodologia de investigação são reveladoras da dinâmica intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado, dando conta igualmente da expressão dos processos contratransferenciais.

Porém, como anteriormente foi sublinhado, a utilização das reações

emocionais do investigador como dados do processo de investigação tem sido alvo de críticas ligadas à falta de fiabilidade, validade e à generalização dos dados e das evidências (Kächele *et al.*, 2008; Luyten *et al.*, 2006). Assinalamos que a investigação clínica e psicanalítica dispõe, na atualidade, de um conjunto de métodos destinados a assegurar maior validade dos dados, entre os quais se destacam a supervisão clínica e a intervisão (Leuzinger-Bohleber & Burgin, 2003; Marks, 2001).

Ao reconhecermos a ocorrência de processos subjetivos e intersubjetivos no processo de investigação psicanalítica através do estudo de caso, torna-se necessário o desenvolvimento de uma atitude científica na análise dos dados de modo a assegurar a validade das evidências. Tal só poderá ocorrer através da adoção de uma autorreflexão crítica que permita a pesquisa dos *pontos cegos* do investigador que interfiram nas observações e interpretações dos dados (Leuzinger-Bohleber & Fischmann, 2006).

Além de ser uma metodologia fundamental para dotar de maior validade o processo de investigação, a análise e compreensão da dinâmica transferência-contratransferência constituem um processo essencial à compreensão dos processos internos do sujeito (Leuzinger-Bohleber & Fischmann, 2006). Desta forma, observa-se que a criação de hipóteses científicas estabelece um processo que ocorre através do recurso a práticas de discussão ou reflexão que apresentam a influência do modelo psicanalítico da supervisão clínica (Midgley, 2006).

Através desta metodologia torna-se possível a criação de uma distância reflexiva que assegura a desintoxicação das reações menos úteis ao processo de pesquisa e permite dotar de significado o material (Marks, 2001). A supervisão constitui igualmente uma salvaguarda contra uma análise selvagem (Elliott *et al.*, 2012), ao introduzir uma utilização objetiva da subjetividade (Elliott *et al.*, 2012), mas na qual os pensamentos, impressões, sentimentos e associações do investigador constituem dados do processo de investigação.

A utilização da contratransferência e do material associativo do paciente como componentes da investigação psicanalítica conduzem Hinshelwood (2013) a questionar a dicotomia entre ciência e hermenêutica. O autor propõe a psicanálise como, simultaneamente, uma ciência e uma hermenêutica, em que os significados da experiência subjetiva possibilitam generalizações teóricas. O autor propõe um modelo de investigação psicanalítica que possibilite observar os efeitos da interpretação na sessão analítica e nas mudanças internas do paciente. A integração da psicanálise como disciplina científica e hermenêutica efetua-se de acordo com um modelo de investigação focado no efeito de causalidade de uma interpretação (Hinshelwood, 2010, 2013). De acordo com este modelo, a observação das

associações do paciente posteriores à interpretação associada às inferências do analista permite demonstrar os efeitos da interpretação.

A investigação das consequências de uma interpretação ocorre através de uma abordagem proveniente da investigação qualitativa, pelo uso de um delineamento de triangulação (Denzin & Lincoln, 1994). Este envolve a observação de duas perspectivas que ocorrem na sessão: o conteúdo do material associativo após a interpretação e a interação transferência-contratransferência no momento (Hinshelwood, 2013). Este modelo de investigação psicanalítico através do estudo de caso permitiria a aproximação a um modelo científico de investigação no estudo dos fenômenos psíquicos, constituindo-se em um método adequado para o teste de questões binárias (Hinshelwood, 2010).

Esta aproximação a uma abordagem mais científica de investigação torna possível efetuar a falsificação de hipóteses (Hinshelwood, 2013), ou permite selecionar uma determinada perspectiva teórica, em detrimento de outra, na explicação dos mesmos fatos (Edelson, 1986). Porém, esta abordagem de maior cariz científico efetua-se através do método tradicional de investigação psicanalítica – o estudo de caso – a partir do material associativo do paciente e dos significados da experiência subjetiva e das inferências do analista (Hinshelwood, 2013).

Nossa experiência poderá ilustrar igualmente a utilização do estudo de caso como delineamento de investigação psicanalítica no âmbito de uma pesquisa qualitativa. Ancorados em uma compreensão da experiência traumática a partir da teoria psicanalítica, iniciamos uma investigação sobre os processos associados à recuperação clínica em veteranos da guerra colonial portuguesa. O objetivo fundamental deste trabalho incidiu na compreensão das narrativas de antigos militares expostos a acontecimentos traumáticos no decurso da sua participação nessa guerra. Em particular, pretendíamos compreender os processos de organização das relações de objeto e a capacidade de representação da experiência que estavam associados à recuperação clínica nesses veteranos.

A concepção psicanalítica moderna do trauma salienta um conjunto de processos psíquicos característicos dos pacientes traumatizados. Cohen (1985) refere a ausência de representação psíquica da experiência traumática. Do ponto de vista da teoria das relações objetais, os pacientes traumatizados apresentam fantasias acerca do poder destrutivo dos maus objetos e da falha da proteção por parte dos bons objetos (Varvin, 2010), dos quais procuram defender-se através da criação de uma tela-beta rígida (Brown, 2006).

Em nosso entendimento, a investigação destes processos psíquicos poderá ser alcançada apenas através das expressões que os mesmos adquirem nas relações

estabelecidas pelos pacientes com os seus objetos (internos e externos). A investigação psicanalítica destes processos terá necessariamente de envolver a compreensão da escuta interna, pelo investigador, de seu inconsciente (Hinshelwood, 1999), enquanto processo que permite aceder ao conhecimento das expressões inconscientes dos pacientes (Heimann, 1950).

Deste modo, procurando desenvolver uma investigação psicanaliticamente informada, efetuamos, junto a veteranos de guerra, antigos combatentes da guerra colonial portuguesa, um conjunto de três entrevistas (gravadas através de sistema áudio e posteriormente transcritas na íntegra) com cada participante. Estas entrevistas efetuaram-se de acordo com o modelo da ENAL (Hollway & Jefferson, 2000, 2008), procurando, através do nosso método de investigação, uma maior aproximação da realidade clínica.

Confrontados com a limitação de não termos a formação psicanalítica necessária (por parte do primeiro autor) que assegurasse a utilização válida de uma metodologia de investigação psicanalítica, e buscando assegurar maior validade aos dados, desenvolvemos um espaço de reflexão e pensamento dos aspectos da intersubjetividade que ocorriam no processo de investigação. Este processo teve curso através da realização de intervenção do investigador de acordo com um modelo de supervisão clínica efetuada por um psicanalista titular (de parte do segundo autor). Esta metodologia permitiu a análise do processo de investigação e dos dados recolhidos de acordo com duas perspectivas: análise do conteúdo das associações dos participantes e análise das reações do investigador na interação transferência-contratransferência (Hinshelwood, 2013). Apresentamos a seguir dois trechos de uma primeira entrevista realizada com um participante da investigação, com o objetivo de ilustrar a utilização desta metodologia na nossa experiência.

Fiz dezanove anos no dia em que cheguei pela primeira vez à X. Era novo, portanto. Naquela altura tudo era brilhante, bonito. Cheguei em vinte e três de janeiro, mas no dia vinte e nove de março comecei a sentir as situações ao inverso [...] Tivemos dois mortos nessa altura ao nosso lado. Um deles ficou com as costas desfeitas. Quando fui vê-lo o tinham camuflado virado a frente para cima. Eu e outro colega metemos as mãos no seu interior. Portanto, um dos grandes problemas que ainda hoje eu sinto, após tantos anos, é o daquele cheiro. Depois voltei a minha vida normal.

Este material relatado no início da entrevista despertou em nós um sentimento de *meter no interior*, de colocar internamente no entrevistador uma impressão que persistia, embora sua capacidade de contenção possibilitasse no entrevistado o retorno a uma certa *normalidade*. Revela-se a presença do receio

de uma agressividade primitiva que venha a desfazer o outro (*costas desfeitas*). Contudo, a capacidade de contenção do entrevistador como objeto que sobrevive a esse ataque permite a possibilidade de, em conjunto (*eu e outro colega fomos...*), olharem essa parte agressiva, clivada, sentida como não lhes pertencendo, o que, por isso, despertou sentimentos de irrealidade.

Não percebia na altura e continuo a não perceber. Continuo sabendo que estou doente, continuo a perceber que vem de qualquer lado esta situação. Mas o porquê de ela existir [...] O que a gente pensa dessa situação é que só acontece aos outros, depois, quando confrontados com ela, não sabemos encará-la, não somos capazes, não sei qual a realidade dela. Estou sempre a lavar as mãos, a esfregar a carne. Essa é uma das coisas de que ainda não consegui livrar-me totalmente, em vez de lavar-me cem vezes agora só me lavo dez, mas ainda sem saber por quê. Às vezes paro: “Estou a fazer por que e o quê?”. Pareço um autônomo, que faz o que foi programado para fazer, mas ignora a razão.

O movimento das mãos de N nos fez recordar um filme de um veterano do Vietname julgado pelo assassinio violento de camponeses numa aldeia na qual o personagem era o único acusado. À medida que prosseguia o relato de N, recordamos outra cena na qual um coronel, ao testemunhar em tribunal, o acusa pelo crime cometido. A referência feita por N ao seu ritual obsessivo nos levou também a recordar a cena final do mesmo filme, em que se descobre a culpa do personagem, senhor da característica de disparar com as duas mãos, *as mãos que se lavam*. Estas fantasias internas foram seguidas pela expressão – *rio e mato* – repetida por N compulsiva e ansiosamente na entrevista. Expressão esta que parece ser detentora de um duplo sentido: por um lado a descrição da natureza envolvente (o rio e o mato), remetendo, simultaneamente, aos representativos da ação de rir e de matar.

Desta forma, parece expressar-se um sentimento de culpa vivido como acusação interna (*um julgamento*) de que N não consegue se libertar através do seu ritual obsessivo. Esta acusação parece estar associada a uma agressividade primitiva que N. é incapaz de enfrentar e metabolizar, sentindo-se um *autômato* perante o poder que o domina com certo caráter de compulsão.

A narrativa desta entrevista caracterizou-se predominantemente por um registro descritivo e banal, despertando no entrevistador sentimentos de vazio, tristeza, confusão seguidos do relato de sentimentos de perseguição após a conclusão da mesma. O processo de intervisão destacou a reação emocional de vergonha (sentida como falha, fraqueza) associada à sensação geral de a entrevista não ter sido bem conduzida pelo entrevistador. A análise da contratransferência evidenciou o sentimento de vergonha, o que permitiu que se identificasse um

ciclo de vitimização no qual a vergonha era projetada do perpetrador para a vítima, como defesa contra sentimentos inconscientes de vergonha. Igualmente, a dificuldade em lidar com uma agressividade primitiva e brutal associada ao trauma parece evidenciar o receio da re-traumatização associado ao pavor de perder o bom objeto (interno e externo) e o receio da ameaça dos maus objetos cruéis.

Discussão

Freud, ao longo de sua obra, destacou sempre a necessidade de se desenvolver um modelo de investigação psicanalítica dos fenômenos psíquicos, dotado de métodos que estabelecessem a psicanálise como uma ciência (Hinshelwood, 2010). Ao longo dos tempos, a discussão entre diferentes autores psicanalistas acerca do modelo de investigação adequado à obtenção de evidências científicas válidas para a teoria psicanalítica tem-se prolongado, sobretudo a partir de um conjunto de contribuições provenientes de áreas de estudo próximas da psicanálise. Entre estas destacou-se a investigação psicanalítica empírica, cujos desenvolvimentos foram sobretudo determinados pela preocupação em apresentar evidências da eficácia terapêutica da psicanálise. Consequentemente, o estudo de caso era considerado um delineamento de validade insuficiente para a investigação psicanalítica (Stiles & Shapiro, 1994).

Contudo, em nosso entendimento, a obtenção de evidências acerca da eficácia terapêutica não constitui o meio mais apropriado à evolução da teoria psicanalítica. Se considerarmos os estudos de caso mais proeminentes publicados por Freud, a maioria não constituía exemplo de sucessos terapêuticos, nem Freud os publicou como ilustração de evidências de sucesso terapêutico. Estes estudos de casos foram utilizados por ele como forma de ilustrar o progresso do conhecimento psicanalítico acerca da vida mental (Hinshelwood, 2013).

Por outro lado, consideramos que a investigação psicanalítica nunca poderá adotar as metodologias de uma ciência experimental (Caper, 2009), uma vez que o seu objeto de estudo não se ajusta às exigências do teste de hipóteses em estudos com controle de variáveis, ou de acordo com paradigmas experimentais. Os fenômenos estudados pela psicanálise são os estados mentais, fenômenos não diretamente observáveis, nem replicáveis em condições idênticas, tornando impossível o controle ou manipulação dos estados mentais dos pacientes (Caper, 2009; Dreher, 2000).

Subjugar o objeto de estudo às exigências decorrentes de um método qualquer parece subverter a lógica inerente à pesquisa científica. A melhor

delimitação do objeto de estudo – processos inconscientes – com evoluções assinaláveis nas últimas décadas – vejam-se as contribuições recentes de Norberto Marucco (2003) ou Howard Levine (Levine *et al.*, 2013) sobre o tema – abre agora o debate inevitável sobre a reflexão metodológica. Esta abordagem que apresentamos aproxima-se das concetualizações da investigação qualitativa moderna, baseada na proposição da existência de uma causalidade não linear, compreendendo os processos mentais como sistemas complexos de múltiplas relações e inter-relações (Stiles, 1993).

Desta forma, o processo de interpretação é sempre dependente do contexto em estudo, levando a que a remoção do contexto de produção dos dados resulte na perda do significado original (Hollway & Jefferson, 2000, 2008). Este processo aplica-se igualmente ao estudo dos processos inconscientes, em que os mesmos adquirem significado num processo simultâneo de interpretação e de criação de significado para uma experiência singular (Varvin, 2011). Em nosso entendimento, esta atividade de investigação da idiosincrasia individual, na qual os dados são compreendidos no contexto em que são produzidos, permite a descoberta de novas evidências para a teoria psicanalítica (Hinshelwood, 2010), o que reedita a premissa de Freud (1927) acerca do intercâmbio entre cura e investigação.

Ao assumirmos a presença de uma dependência do contexto no processo de interpretação, consideramos que esse contexto intervém no fenómeno em estudo, mas igualmente no investigador e na interação de ambos (Stiles, 1993). De um ponto de vista epistemológico, reconhecemos a impossibilidade de uma atitude de neutralidade no *setting* analítico de um analista em estado mental de *tela branca*, uma vez que suas teorias influenciam as perceções e a compreensão (consciente e inconsciente) do que está a ocorrer no *setting*. Esta concepção sobre a ausência de neutralidade da observação e da interpretação dos dados através do método psicanalítico é partilhada pelas concetualizações epistemológicas e metodológicas da investigação qualitativa moderna (Midgley, 2006). Em ambas as abordagens, a subjetividade não constitui um obstáculo à validade das evidências, mas existe o reconhecimento da subjetividade como instrumento válido na interpretação de fenómenos sociais, psicológicos ou intrapsíquicos (Hollway & Jefferson, 2000; Midgley, 2006).

Assim, propomos a necessidade de se reconhecer a investigação psicanalítica de acordo com um pluralismo metodológico (Hampe, 2003) determinado pela natureza singular do seu objeto de estudo (Caper, 2009). Consideramos que a investigação dos processos mentais deverá basear-se em processos indutivos e de inferência através da compreensão e interpretação da experiência subjetiva. Esta

interpretação só poderá ser conseguida através do uso dos conceitos e teorias psicanalíticas (Dreher, 2000; Hinshelwood, 2010).

A procura de um conhecimento generalizável através da descoberta de processos causais e explicações universais não leva em conta o reconhecimento da inexistência de um paradigma universal comum a todas as ciências (Hampe, 2003). Desta forma, propomos a investigação através do método do estudo de caso como uma atividade de pesquisa científica que possibilita a obtenção de evidências válidas para as teorias acerca dos processos mentais (Hinshelwood, 2013; Varvin, 2011).

Como se observou no exemplo apresentado de uma investigação psicanaliticamente informada, o recurso a metodologias de matriz psicanalítica e provenientes da psicologia clínica como a supervisão clínica e a intervenção asseguram que este processo de investigação não se torne uma análise selvagem (Elliott *et al.*, 2012). A utilização desta abordagem metodológica permite, simultaneamente, a utilização do estudo de caso como uma metodologia geradora de evidências válidas através de uma atitude científica, ao mesmo tempo que permite uma aproximação no decurso do processo de investigação do contexto que caracteriza o *setting* analítico.

A investigação efetuada fora do *setting* analítico, através da utilização de uma metodologia psicanaliticamente informada, deverá igualmente refletir esta visão pluralista da ciência (Hampe, 2003, Leuzinger-Bohleber & Burgin, 2003). O aparecimento de novas metodologias tem resultado de um esforço conjunto de académicos e clínicos, procurando alcançar uma nova e profunda compreensão do mundo mental. Por outro lado, permite ainda o fornecimento, também, de elementos de ação terapêutica mais robustos e eficientes, com significativas implicações inclusive na exigente formação dos clínicos. Esta abordagem permitirá a redução da complexidade dos fenômenos que ocorrem no *setting* analítico e daqueles estudados no teste de hipóteses através da investigação empírica. Por outro lado, o reconhecimento deste pluralismo científico permitirá o desenvolvimento e o recurso a metodologias mais aproximadas à realidade da experiência clínica (Canestri, 2003).

Em conclusão, propomos a utilização do estudo de caso como metodologia de investigação psicanalítica científica, através da realização de supervisão clínica e da análise da contratransferência como metodologias geradoras de evidências científicas válidas para a teoria psicanalítica. □

Abstract

Case study as a methodology for psychoanalytic research

Epistemological differences regarding case study as an appropriate validation method of psychoanalytic theory have been observed, from a position that understands psychoanalytic research as the study of meanings, and the appropriate method to research psychoanalytic theories; and an approach that favors the adoption of a scientific character, based on the integration of research methodologies supported on logics of probabilistic causal relations. The psychoanalytic investigation, according to causal models, does not seem to consider the specificity of its study field, the unconscious, requiring a specific approach to research. In this work the authors propose the use of case study as a methodology for psychoanalytic scientific research, by means of clinical supervision and the analyses of countertransference as methodologies that generate scientific evidence for the psychoanalytic theory.

Keywords: case study, hermeneutic, qualitative methods, countertransference, unconscious.

Resumen

El estudio de caso como metodología de investigación psicoanalítica

Existen diferencias epistemológicas en relación con el estudio de caso como método apropiado para validar la teoría psicoanalítica, entre una posición que comprende la investigación psicoanalítica como el estudio de los significados y el método adecuado para la investigación de las teorías psicoanalíticas y un enfoque a favor de la adopción de un carácter científico, basado en la integración de metodologías de investigación basándose en relaciones de causalidad lógica probabilística. La investigación psicoanalítica de acuerdo con modelos de causalidad no parece tener en cuenta la especificidad de su campo de estudio, el inconsciente, que requiere un método específico para su investigación. En este trabajo los autores proponen el uso del estudio de caso como metodología de la investigación psicoanalítica científica, mediante la realización de la supervisión clínica y el análisis de la contratransferencia como metodologías que generan evidencia científica para la teoría psicoanalítica.

Palabras clave: estudio de casos, hermenéutica, métodos cualitativos, contratransferencia, inconsciente.

Referências

- Brown, L. J. (2006). Julie's museum: The evolution of thinking, dreaming and historicization in the treatment of traumatized patients. *Int. J. Psycho-anal.* 87(6): 1569-1585.
- Canestri, J. (2003). The logic of psychoanalytic research. In M. Leuzinger-Bohleber, A. U. Dreher, & J. Canestri (Eds.). *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp. 137-148). London: International Psychoanalytical Association.
- Caper, R. (1994). What is a clinical fact? *Int. J. Psycho-anal.* 75: 903-913.
- Caper, R. (2009). *Building out into the dark. Theory and observation in science and psychoanalysis*. London/New York: Routledge, 2009.
- Cohen, J. (1985). Trauma and repression. *Psychoanalytic Inquiry*, 5 (1): 163-189.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oakes: Sage, 1994.
- Devereux, G. (1967). *From anxiety to method in the behavioural sciences*. The Hague: Moulton & Co., 1967.
- Dreher, A. (2000). *Foundations for conceptual research in psychoanalysis*. London: Karnac, 2000.
- Edelson, M. (1986). Causal explanation in science and in psychoanalysis – Implications for writing a case study. *Psychoanalytic Study of the Child.*, 41: 89-127.
- Elliott, H., Ryan, J., & Hollway, W. (2012). Research encounters, reflexivity and supervision. *International Journal of Social Research Methodology*, 15 (5): 433-444.
- Ezriel, H. (1951). The scientific testing of psycho-analytic findings and theory. The psycho-analytic session as an experimental situation. *British Journal of Medical Psychology*, 24: 30-34.
- Ezriel, H. (1972). Experimentation within the psychoanalytic session. *Contemporary Psychoanalysis*, 8 (2): 229-245.
- Freud, S. (1895). Studies on hysteria. In *Standard Edition*. (Vol. 2), London: Hogarth, 1999.
- Freud, S. (1927). Postscript to "The question of lay analysis". In *Standard Edition*. (Vol. 20, pp. 251-258), London: Hogarth.
- Freud, S. (1938). An outline of psycho-analysis. In *Standard Edition* (Vol. 23, pp. 144-207), London: Hogarth Press, 1999.
- Green, A. (1996). What kind of research for psychoanalysis. *International Psychoanalysis* 5: 8-9.
- Green, A. (2000). The intrapsychic and intersubjective in psychoanalysis. *Psychoanalytic Quarterly*, 69 (1): 1-39.

- Green, A. (2003). The pluralism of sciences and psychoanalytic thinking. In M. Leuzinger-Bohleber, A. U. Drehar, & J. Canestri (Eds.). *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp. 26-45), London: International Psychoanalytical Association.
- Grünbaum, A. (1984). *The foundations of psychoanalysis. A philosophical critique*. Los Angeles/London: University of California.
- Hampe, M. (2003). Pluralism of sciences and the unity of reason. In M. Leuzinger-Bohleber, A. U. Drehar, & J. Canestri (Eds.). *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp. 46-63), London: International Psychoanalytical Association.
- Heimann, P. (1950). On counter-transference. *Int. J. Psycho-anal.*, 31: 81-84.
- Hinshelwood, R. D. (1999). Countertransference. *Int. J. Psycho-anal.*, 80 (4): 797-818.
- Hinshelwood, R. D. (2010). Psychoanalytic research: Is clinical material any use?. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 24 (4): 362-379.
- Hinshelwood, R. D. (2013). *Research on the couch: Single case studies, subjectivity, and psychoanalytic knowledge*. East Sussex: Routledge.
- Hollway, W., & Jefferson, T. (2000). *Doing qualitative research differently: Free association, narrative and the interview method*. London: Sage.
- Hollway, W., & Jefferson, T. (2008). The free association narrative interview method. In L. M. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 296-315), Sevenoaks, California: Sage.
- Kächele, H., Schachter, J., & Thoma, H. (2008). *From psychoanalytic narrative to empirical single case research*. New York: Psychoanalytic Inquiry.
- Kubie, L. S. (1958). Research into the process of supervision in psychoanalysis. *Psychoanalytic Quarterly*, 27: 226-236.
- Kvale, S. (2001). The psychoanalytic interview as qualitative research. *Psychologische Beiträge*, 43 (3): 9-31.
- Kvale, S. (2003). The psychoanalytical interview as inspiration for qualitative research. In P. Camic, J. E. Rhodes, & L. Yardley (Eds.), *Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design* (pp. 275-297), Washington, DC: American Psychological Association.
- Leuzinger-Bohleber, M., & Burgin, J. (2003). Pluralism and unity in psychoanalytic research: Some introductory remarks. In M. Leuzinger-Bohleber, A. U. Drehar, & J. Canestri (Eds.). *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp. 1-26), London: International Psychoanalytical Association.
- Leuzinger-Bohleber, M., & Fischmann, T. (2006). *Int. J. Psycho-anal.*, 87 (5): 1355-1386.
- Levine, H. B., Reed, G. B., & Scarfone, D. (2013). *Unrepresented states and the construction of meaning: Clinical and theoretical contributions*. London: Karnac.
- Lustman, S. L. (1963). Some issues in contemporary psychoanalytic research. *Psychoanalytic Study of the Child*, 18: 51-74.
- Luyten, P., Blatt, S. J., & Corveleyn, J. (2006). Minding the gap between positivism and

- hermeneutics in psychoanalytic research. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 54 (2): 571-610.
- Marks, S. (2001). Research project history and memory. In: M. Kiegelmann (Ed.). *Qualitative research in psychology* (pp. 150-154), Schwangau: Ingeborg Huber.
- Marucco, N. C. (2003). O analisando de hoje e o inconsciente (sobre o conceito de zonas psíquicas). *Revista de Brasileira de Psicanálise*, 10 (3): 453-473.
- McAloon, R. F. (1992). A historical survey of psychoanalytic research. *Modern Psychoanalysis*, 17 (2): 161-182.
- Messer, S. B., & McCann, L. (2005). Research perspectives on the case study: Single-case method. In J. Auerbach, K. N. Levy, & C. E. Schaffer (Eds.). *Relatedness, self definition and mental representation: Essays in honor of S. J. Blatt* (pp. 222-237), New York: Routledge.
- Midgley, N. (2006). Psychoanalysis and qualitative psychology: Complementary or contradictory paradigms? *Qualitative Research in Psychology*, 3 (3): 213-231.
- Popper, K. (1962). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Ricoeur, P. (1970). *Freud and philosophy: An essay on interpretation*. Oxford England: Yale U. Press.
- Rycroft, C. (1968). Introduction. In C. Rycroft (Ed.). *Psychoanalysis Observed* (pp. 7-23), New London: Constable.
- Sandler, J. (1983). Reflections on some relations between psychoanalytic concepts and psychoanalytic practice. *Int. J. Psycho-anal.*, 64 (1): 35-45.
- Schafer, R. (1976). *A new language for psychoanalysis*. New Haven: Yale University Press.
- Shakow, D. (1960). The recorded psychoanalytic interview as an objective approach to research in psychoanalysis. *Psychoanalytic Quarterly*. 29: 82-97.
- Stiles, W. B. (1993). Quality control in qualitative research. *Clinical Psychology Review*. 13 (6): 593-618.
- Stiles, W. B., & Shapiro, D. A. (1994). Disabuse of the drug metaphor: psychotherapy process-outcome correlations. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62 (5): 942-948.
- Tuckett, D. (1994). The conceptualisation and communication of clinical facts in psychoanalysis – Foreword. *Int. J. Psycho-anal.*, 75: 865-870.
- Varvin, S. (2010). *Back on the track – or a new pathway? Psychotherapy of traumatized persons as a developmental process*. Paper presented at IASA Conference, Cambridge, UK.
- Varvin, S. (2011). Phenomena or data? Qualitative and quantitative research strategies in psychoanalysis. *The Scandinavian Psychoanalytic Review*, 34 (2): 117-123.
- Wallerstein, R. S., & Fonagy, P. (1999). Psychoanalytic research and the IPA: History, present status and future potential. *Int. J. Psycho-anal.*, 80 (1): 91-109.
- Wallerstein, R. S., & Sampson, H. (1971). Issues in research in the psychoanalytic process. *Int. J. Psycho-anal.* 52: 11-50.

Wolff, P. H. (1996). The irrelevance of infant observations for psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 44: 369-392.

Recebido em 07/06/2013

Aceito em 08/01/2014

Revisão técnica de **Suzana Iankilevich Golbert**

Paulo Correia Ferrajão

Rua Jardim do Tabaco, 34

1149-041 – Lisboa – Portugal

e-mail: pauloferrajao@gmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA